

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
MBA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DANIEL RIBEIRO MENNA

**SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) BRASILEIRO: Estudo de caso dos diferenciais
competitivos perante soluções globais de ERPs**

Porto Alegre
2016

Daniel Ribeiro Menna

SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) BRASILEIRO: Estudo de caso dos diferenciais
competitivos perante soluções globais de ERPs

Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Gestão de Negócios e TI, pelo MBA em
Gestão de Negócios e Tecnologia da
Informação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Esp. Felipe José Nardi
Gomes

Porto Alegre

2016

SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) BRASILEIRO: Estudo de caso dos diferenciais competitivos perante soluções globais de ERPs

Daniel Ribeiro Menna¹

Orientador: Prof. Esp. Felipe José Nardi Gomes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar os diferenciais competitivos de softwares específicos para o atendimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), perante os módulos presentes nos Sistemas de Gestão Empresarial (ERPs), responsáveis por atender cerca de 86% do mercado nacional do segmento. O trabalho foi realizado utilizando técnica de estudo de caso qualitativo aplicando entrevistas aos gestores da área de Tecnologia da Informação de empresas usuárias destes sistemas, onde foram identificadas as dificuldades de interpretação do cenário tributário brasileiro e o elevado custo de customização dos sistemas ERPs contrapondo à necessidade dos usuários: menor interferência humana nas escriturações, maior confiabilidade e agilidade na entrega do SPED de acordo a legislação vigente. Confirmando assim, as vantagens de soluções focadas no segmento de escriturações digitais.

Palavras-chave: Estratégia no Mercado de Software. Sistema de Gestão Empresarial (ERPs). Integração de Dados. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

1 INTRODUÇÃO

Em um mercado em franca expansão, o comércio brasileiro de tecnologia cresceu, segundo a Associação Brasileira de Empresas de *Software* (ABES) (2016), cerca de 10% no ano de 2015, comparando-se aos 5,6% no âmbito global, é uma evolução significativa nos investimentos de *software* e *hardware*. O que comprova a busca das empresas brasileiras em adequar-se às melhores práticas mundiais de tecnologia, em um mercado que movimenta em torno de US\$ 2,2 trilhões ao ano.

Uma fatia pequena deste crescimento, segundo Duarte (2011), refere-se aos investimentos das empresas brasileiras para o atendimento às exigências do fisco brasileiro, as quais, em alguns casos, recorrem aos fornecedores de soluções de gestão como forma de suprir tal demanda. No Brasil, segundo a Fundação Getúlio

¹ Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UF. E-mail: Daniel Menna danielmenna@gmail.com.

² Especialista MBA Gestão Empresarial e Graduação em Sistemas de Informação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Vargas (FGV) (2016), quatro grandes empresas dominam 86% do mercado brasileiros de ERPs, destas, 75% são empresas estrangeiras que adentraram ao cenário nacional. Conforme é apresentado neste artigo, por maiores que sejam os investimentos para atender ao cenário contábil e tributário no Brasil, seus usuários, na grande maioria dos casos, recorrem a soluções satélites para estarem em *compliance* com a legislação fiscal brasileira.

Diante disso, o objetivo do presente artigo é identificar quais são os diferenciais competitivos de uma empresa fornecedora de soluções específicas para o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando confrontada com outros *softwares* de mercado. Diferenciar-se, segundo Paiva Júnior et al. (2015), não é apenas inovar para competir, mas sim, inovar para gerar valor ao cliente e a sociedade em que estão inseridos. O que, no caso de atendimento ao fisco, refere-se a reduzir riscos fiscais com um custo agregado de baixo impacto.

Para tal, foram entrevistados gestores com papéis de liderança das áreas de Tecnologia da Informação de empresas dos setores industriais e de varejo, que utilizam em suas empresas, soluções globais de *Enterprise Relationship Planning* (ERP), para que fossem identificados quais as dificuldades que esses enfrentam para atender às necessidades impostas pelo sistema tributário brasileiro, assim como, caso optassem por uma solução específica para o SPED, quais os diferenciais que seriam considerados como critério de escolha.

As fontes de embasamento teórico para este trabalho estão descritas na próxima sessão, contudo, algumas das principais colaborações para os temas abordados, estão apresentadas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Contribuições dos autores

Tema	Autor	Contribuição
Estratégia no Mercado de Software	Porter	Olhar para o ambiente em que está inserido é fundamental como forma de encontrar uma vantagem competitiva perante o mercado.
	Levy	A percepção do cliente sobre o conjunto de atributos que compõe um produto é que o torna singular perante os seus concorrentes.
	Guimarães	Capacidade que a empresa possui de criar um ambiente favorável e sustentável para que o seu negócio prospere, oferecendo ao seu cliente um produto único.

Tema	Autor	Contribuição
Sistema de Gestão Empresarial (ERPs) e Integração de Dados	Davenport	Os sistemas de gestão empresarial caracterizam-se por ser uma estrutura organizada, que visa manter em uma base única, todas as informações que envolvem as atividades de uma empresa.
	Silva	Empresas que optam por utilizar a tropicalização, necessitam buscar soluções alternativas para atender plenamente ao fisco nacional.
	Castors	Forma de consolidar dados de diversas fontes em uma visão única, a qual é compreendida com todos as informações de interesse organizada e racionalizada.
Sistema Tributário Brasileiro e SPED (Sistema Público de Escrituração Digital)	Britto	2/5 do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, é oriundo de tributações.
	Chahin	O Governo Eletrônico é uma tendência mundial, onde, o Brasil destaca-se como uma das lideranças neste tema nos países em desenvolvimento.
	Azevedo	O SPED surgiu para simplificar a entrega das obrigações por parte do contribuinte, onde essas são realizadas de forma racionalizada e simplificada.

Fonte: elaborado pelo autor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estratégia no Mercado de Software

Para Nicolau (2001), por mais abundante que sejam as definições e conceitos para estratégia, grande parte das vertentes de pesquisa sobre o tema, ao longo das últimas quatro décadas, convergem para a mesma constatação sobre o que se interpreta por estratégia. Ou seja, uma gama de autores afirma que é impossível separar a empresa e o meio em que essa está inserida e que a estratégia é o conjunto de metas de médio e longo prazo da organização, assim como a estruturação de ações para que tais planos sejam atingidos (CHANDLER, 1962; ANSOFF, 1965; KATZ, 1970; MINTZBERG, 1988).

No momento em que uma empresa constrói a sua estratégia, olhar para o ambiente em que está inserida é fundamental como forma de encontrar uma vantagem competitiva perante o mercado. Esta vantagem pode ser pela otimização de seus processos como forma de reduzir seus custos, buscando ser mais competitivo, ou diferenciar-se dos demais, oferecendo produtos e serviços únicos aos seus clientes (PORTER, 1989).

Ao analisar com maior profundidade, o entendimento sobre a estratégia de se diferenciar como forma de tornar-se competitivo, trata-se da capacidade que a

empresa possui de criar um ambiente favorável e sustentável para que o seu negócio prospere, oferecendo ao seu cliente um produto único (GUIMARÃES, 2002). Somando-se a isso, Levy (1992) afirma que a percepção do cliente sobre o conjunto de atributos que compõe um produto é que o torna singular perante os seus concorrentes. Corroborando com Porter (1989), ao afirmar que diferenciar-se é uma forma de uma companhia prosperar em um mercado competitivo como o de softwares de gestão. E, uma forma de se destacar neste setor, é utilizar-se de inovação.

Utilizar-se de inovação como estratégia, segundo Schumpeter (1997), pode ser oriunda de cinco vertentes distintas: introdução de um novo bem; introdução de um novo método de produção; introdução de um novo mercado; descoberta de novas fontes de matéria-prima; e o estabelecimento de uma nova organização industrial. Como é o caso da fragmentação de mercado no setor da empresa, alvo deste artigo. Através da inovação, consegue-se oportunidades em um mercado restrito.

Atualmente, no cenário empresarial brasileiro, consolidou-se o uso de sistemas de gestão ERPs como propulsor de controles internos, buscando a otimização de seus processos e gestão, garantindo assim a maior eficiência em toda a sua cadeia de valor. As grandes soluções globais buscam a excelência no seu *core business*, dando oportunidades para que soluções específicas, desenvolvidas para o mercado interno, se destaquem como softwares satélite destes ERPs.

2.2 Sistemas de Gestão Empresarial (ERP)

Para Davenport (1998), os sistemas de gestão empresarial caracterizam-se por ser uma estrutura organizada, que visa manter em uma base única, todas as informações que envolvem as atividades de uma empresa de uma forma segura e respeitando a lógica transacional dos processos da mesma. Lima et al. (2000) complementam esta ideia ao caracterizar um sistema ERP como uma forma de ligar a produção ao departamento financeiro em uma engrenagem empresarial. O sistema de gestão empresarial, quando implementado em uma empresa, também busca a melhoria dos processos de negócio da mesma, justamente pela unicidade da informação.

Para Norris et al. (2001) e Gâmbôa et al. (2004), o objetivo principal de um sistema ERP não tem cunho estratégico, porém, com a sua evolução, tornaram-se uma ferramenta de tomada de decisão, quando acopladas a outros sistemas de

gerenciamento, como *Business Intelligence*, por exemplo. O que não é diferente quando uma empresa necessita demonstrar suas informações contábeis e fiscais aos órgãos reguladores pertinentes.

No momento em que uma empresa com operações no Brasil opta por utilizar uma ferramenta global de ERP, terá de fazer uso da tropicalização desse. O que, é definido por Souza (2000) como as adaptações que o sistema de gestão empresarial sofre para se adaptar à realidade de um determinado país. Levando em consideração taxas, impostos, leis e procedimentos comerciais. O que, por maiores que sejam os esforços dos fornecedores em produzir versões mais fidedignas ao cenário brasileiro, não são efetivas. Segundo Silva (2012), empresas que optam por utilizar a tropicalização, necessitam buscar soluções alternativas para atender plenamente ao fisco nacional.

2.3 Integração de Dados entre Sistemas

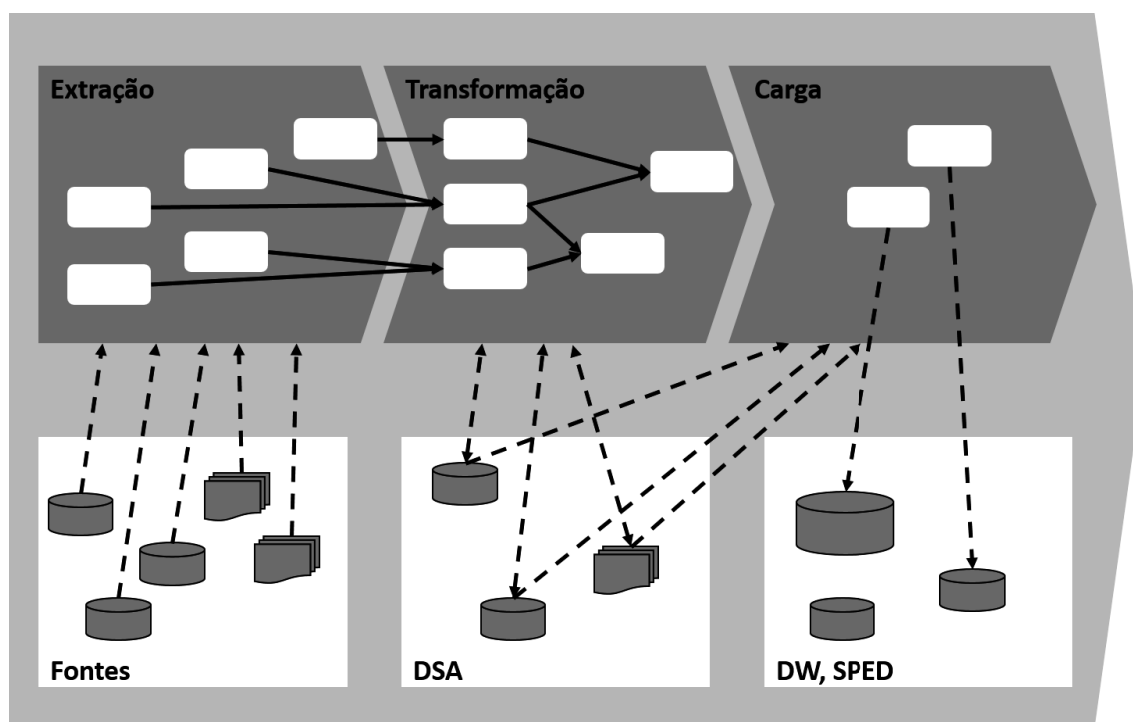
Diante do exposto anteriormente, onde, por maiores que sejam os esforços das grandes empresas mundiais fornecedoras de solução de gestão empresarial, a realidade das empresas brasileiras não está coberta, em sua totalidade, pelos módulos destas ferramentas.

Logo, a integração de dados entre sistemas torna-se um meio viável de que a informação tributária e contábil atinja aos seus receptores de uma forma confiável. Casters et al. (2010) definem o conceito de integração de dados como uma forma de consolidar dados de diversas fontes em uma visão única, a qual é compreendida com todos as informações de interesse organizada e racionalizada. Neste cenário, o conceito de Extrair, Transformar e Carregar (ETL) é de grande valia. Abreu (2008) afirma que o ETL é uma forma de buscar informações de bases distintas, tratá-las e armazenar essas em uma ou mais bases de destino.

De acordo com Vassiliadis et al. (2002), a figura 1 descreve de forma geral o processo de ETL. A parte inferior da ilustração apresenta todos os dados utilizados no processo. No quadro denominado 'Fontes', observam-se os dados brutos no qual são provenientes de base de dados, planilhas, arquivos textos. Através de rotinas de extração, os dados relevantes para esta rotina, oriundos destas fontes, são obtidos. Posteriormente, esses dados são propagados para a *Data Staging Area* (DSA) onde são transformados e limpos antes de serem carregados em uma fonte de destino,

como a solução fiscal, ou outras bases de dados. Concluindo, na parte superior direita, a figura demonstra aonde ocorre o carregamento dos dados em fontes de destino. As quais, na grande maioria dos casos, são atividades programadas, ocorrendo periodicamente, de acordo com a necessidade dos usuários do ETL.

Figura 1 - Processo de ETL



Fonte: adaptada de Vassiliadis et al. (2002)

Complementando este tema, Shidomi (2004) e Vassiliadis et al. (2002) apontam a limpeza de dados como uma ferramenta robusta quando se trata da necessidade de preparação dos dados para inserção em uma base de dados de destino. Esta higienização é representada por quatro estágios: divisão em partes menores; correção dos dados; padronização dos dados e enriquecimentos dos dados. No cenário proposto para o presente artigo, os dois últimos estágios possuem fundamental importância para a entrega de informações consistentes aos envolvidos.

2.4 O Sistema Tributário Brasileiro

Para Varsano (1996), o Sistema Tributário Brasileiro surgiu durante a época do império, inicialmente o alvo dos impostos eram as exportações realizadas. Em um

segundo estágio, a produção e o consumo e, mais recentemente, sobre os rendimentos financeiros dos contribuintes.

O que é exemplificado por Pinto (2013), a Receita Federal do Brasil e as Secretárias Estaduais de Fazenda têm interesse em compreender a forma de rendimentos dos contribuintes, ou seja, os seus ganhos de receita, abatidos os eventuais créditos possíveis e, dessa forma, arbitrando o tributo devido pelo contribuinte, baseando-se na legislação tributária vigente, nos âmbitos estaduais e federal.

Baseado neste exposto, Britto (2008) aponta de que cerca de 2/5 do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, é oriundo de tributações, logo, apontar que a maior fatia do custo de produção de um produto ser impostos, é uma realidade. Também, afirma que existem mais de 170 obrigações acessórias, nas quais as empresas devem demonstrar ao Fisco comprovações de suas movimentações tributárias.

Siqueira (2006) pontua que na contramão da representatividade dos tributos na economia brasileira, está a evasão fiscal, ou sonegação, que é tão antiga quanto o imposto no Brasil, sendo esta prática um grande complicador para o equilíbrio do sistema tributário nacional, impactando as ações das políticas econômico-tributárias. Diante disso, como forma de mitigar esta evasão, há o investimento por parte dos governos no conceito de Governo Eletrônico. Para Von Haldenwang (2004), este tema é um catalizador para a eficiência da administração pública, proporcionando um aumento na transparência na relação Governo x Contribuinte.

2.5 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Chahin et al. (2004) e Geron et al. (2011) apontam que o Governo Eletrônico é uma tendência mundial, onde, o Brasil destaca-se como uma das lideranças neste tema nos países em desenvolvimento. Sendo o SPED é um exemplo concreto disso.

Lançado em 2007, o SPED, é definido como a modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2016).

O SPED caracteriza-se como um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos

integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações. Este sistema irá propiciar benefícios para os contribuintes, tais como: a simplificação das obrigações acessórias; eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; redução de erros de escrituração que podem levar ao pagamento de multas; a redução de custos com impressão, aquisição de papel e formulários, e armazenamento de documentos, contribuindo para o impacto ambiental favorável (DINIZ, 2009).

Para Azevedo (2010), o SPED surgiu para simplificar a entrega das obrigações por parte do contribuinte, essas são realizadas de forma racionalizada e simplificada. O que não exime as empresas da entrega das obrigações acessórias, porém, reduz consideravelmente o número de declarações, tendo em vista que o SPED abrange grande parte das informações necessárias para a comprovação dos dados nessas exigidos.

Duarte (2009) aponta que, além dos benefícios já descritos para o SPED, um dos grandes vetores do programa é o combate à sonegação fiscal, pois, segundo o autor, uma das formas de inibir esta prática é através do aumento da presença do fisco na rotina das empresas. Com SPED, a proximidade dos órgãos fiscalizadores é potencializada através da tecnologia da informação. O que é confirmado por Branco (2008) quando afirma que o fisco passa a analisar o presente de uma empresa e até mesmo projetar o seu futuro, não mais olhando para o passado dela, de forma reativa.

Logo, as empresas estarem preparadas para o atendimento das novas obrigações e alterações propostas no SPED, torna-se um tema recorrente no ambiente de trabalho das áreas de negócio e, por que não afirmar, da área de Tecnologia da Informação. Pois essa possui papel fundamental em viabilizar a adequação, a nível sistêmico, aos adventos das escriturações.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste artigo, foi utilizada a metodologia de Estudo de Caso Qualitativo. O qual, segundo Yin (2005), caracteriza-se por ser um método de pesquisa que tem como objetivo contribuir com o conhecimento sobre fatos organizacionais, sociais e políticos que ocorrem dentro da organização.

Aliado a isso, Yin (2001) afirma que quando os autores fazem uso de questões do tipo “como” e “por que”, o método de estudo de caso torna-se uma das estratégias preferidas por esses. Isso porque ainda há pouco controle sobre os eventos em análise ou trata-se de um tema contemporâneo. O que é ratificado quando Gil (2008) propõe que o estudo de caso deve ser realizado com uma ampla abrangência, a fim de apresentar o ambiente ao qual o estudo está inserido, buscando respostas abertas, de maneira que os entrevistados possam fornecer respostas consistentes das situações as quais foram indagados.

Foram realizadas entrevistas não estruturadas com gestores da área de Tecnologia da Informação de cinco empresas dos ramos varejista e industrial, os quais são responsáveis por dar suporte às áreas de Contabilidade e Tributária de suas companhias no atendimento das escriturações digitais. Com este questionário, objetiva-se validar que *softwares* específicos são uma solução atrativa para atender ao SPED e quais diferenciais possuem relevância para os gestores.

Tomando por base a revisão bibliográfica apresentada, foi construído um questionário com cinco perguntas, o qual foi acordado previamente com os entrevistados que o receberiam por meio eletrônico para preenchimento. Segundo Aaker et al. (2001), não há regras e padrões para a elaboração de um questionário, porém, sugere-se que o mesmo possua questões objetivas e redigidas de forma clara, evitando assim dúvida por parte do entrevistado no momento de suas respostas. Além de permitir respostas abertas, reverberando o que foi exposto no parágrafo anterior.

Abaixo é apresentado o questionário utilizado no estudo e suas referências. Os gestores puderam responder aos questionamentos de forma subjetiva.

Quadro 2 - Construção do questionário de pesquisa qualitativa.

Constructo	Variável	Base Teórica	Pergunta de Pesquisa
Estratégia no Mercado de Software	Diferencial Competitivo	Porter (1989)	1) No momento da definição de uma solução de escrituração digital, quais as características que este software deve possuir para que atenda às necessidades da operação da empresa?
Sistema de Gestão Empresarial	Tropicalização	Silva (2012)	2) O sistema de gestão ERP da sua empresa atende às necessidades do fisco brasileiro? Por quê?
Integração de Dados	Arquitetura de Integração	Vassiliadis et al. (2002)	3) Caso a empresa opte por utilizar um sistema satélite para a entrega das obrigações fiscais, qual a arquitetura de integração que você julga mais adequada a ser adotada para que haja um melhor aproveitamento dos recursos e maior confiabilidades dos dados?
Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	Estruturação de Entregas	Duarte (2009)	4) Na sua opinião, como o sistema tributário brasileiro e as escriturações digitais afetam o planejamento na área de TI da sua empresa?
			5) Quando publicada uma nova Instrução Normativa, quais as dificuldades que as áreas de negócio e TI enfrentam, em nível de sistema, para a adequação da empresa para atendimento ao fisco?

Fonte: elaborado pelo autor.

Para análise dos dados foi utilizada a técnica de triangulação que, conforme Yin (2001), são utilizadas várias fontes de evidências, como: documentos, entrevistas, registros em arquivos e observação direta.

4 RESULTADOS

Quando questionados sobre as características que um software específico deveria possuir, de acordo com os critérios de seleção a serem considerados pelas empresas, os gestores afirmam que esta solução necessita ser facilmente acoplada com as soluções de ERPs hoje existentes no mercado e, se possível possuam certificações destas empresas, assim como casos de sucesso em empresas de mesmo patamar que as entrevistadas. Somando-se a isso, avaliariam se todas as obrigações acessórias que a empresa deve reportar ao fisco estão comprovadamente cobertas pela solução analisada.

Como apontado por Guimarães (2002), para uma empresa diferenciar-se e prosperar, compreender o desejo do mercado e propor algo singular é ponto de partida. Somando-se ao descrito no parágrafo anterior, para atingir esta diferenciação, nas entrevistas, foi evidenciado pelos entrevistados a necessidade de garantia da confiabilidade da informação a ser entregue ao Fisco, neste sentido, afirmam que a ferramenta a ser contratada deve possuir formas de evidenciar ao usuário que a informação enviada em uma escrituração, não está condizente com as regras fiscais pertinentes e, que essas sejam flexíveis, em razão das peculiaridades que cada empresa possui.

Em um viés técnico, três dos gestores entrevistados, apontam que seria considerado como um diferencial competitivo, aquela solução que não necessite de instalações físicas nas máquinas dos usuários, em virtude do alto custo de licenciamento, associado à complexidade dos processos de manutenção e atualização do software. Logo, soluções com interface Web e disponíveis em nuvem tornam-se atrativas. O que vai ao encontro de Porter (1989), o qual aponta a diferenciação por custos como uma estratégia de competitividade. O Quadro 3 apresenta uma síntese dos diferenciais competitivos a serem observados no momento da seleção de uma solução para atendimento ao SPED, na visão dos entrevistados participantes deste trabalho.

Quadro 3 – Diferenciais competitivos na visão dos entrevistados.

Aspecto	Diferencial
Reputação	Soluções certificadas pelos maiores ERPs existentes no mercado.
	Casos de sucesso em empresas com as mesmas características operacionais.
Abrangência e Confiabilidade da Informação	Capacidade comprovada de entrega de todas as obrigações acessórias pertinentes a operação da empresa.
	Mecanismos flexíveis de validação da conformidade das informações a serem entregues ao Fisco, de acordo com a legislação vigente e suas peculiaridades.
Infraestrutura	Soluções compartilhadas através de interface web.
	Possibilidade de implantação em nuvem em virtude do baixo custo incorrido.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, quando questionados se o sistema ERP atualmente utilizado pelas empresas entrevistadas, atendem à legislação hoje vigente no Brasil, todos os entrevistados afirmaram que utilizam de rotinas específicas e soluções para a entrega

das obrigações ao Fisco. Além de ineficientes, como relatado na revisão bibliográfica por Silva (2012), tem um custo elevado para a aquisição.

Partindo-se do resultado que todos os entrevistados utilizam, de alguma forma, uma solução ou rotina acoplada ao seu ERP, quando questionados sobre a forma de arquitetura ideal para esta integração de dados, apontaram a necessidade que estas rotinas de transferência de informações entre os sistemas ocorram de forma direta, minimizando assim a interferência humana para a execução das mesmas, ou seja, rotinas automatizadas é a alternativa mais viável na visão dos respondentes.

Aliado a isso, como é uma prática fiscal tolerável, a retificação de informações enviadas através das obrigações, utilizar-se de rotinas que permitam a reintegração de dados de acordo com a legislação vigente, aponta que a utilização de rotinas de ETLs apresentam-se como soluções adequadas à necessidade do negócio onde a preparação de dados, conforme apontada por Shidomi (2004) e Vassiliadis *et al.* (2002) torna-se viável. Somando-se ao fato da substituição de arquivos, como os ERPs não possuem uma estrutura de validação fiscal da informação, como a proposta nestes sistemas satélite, é usual a necessidade de ajuste de dados, em sua origem, para garantir-se a confiabilidade e a rastreabilidade fiscal da informação entregue ao fisco.

Ao serem indagados sobre os impactos do sistema tributário nacional no planejamento da área de tecnologia da informação, é apontado, de forma unânime, a sua real significação para este departamento. Como é apontado pelos gestores de empresas varejistas participantes deste trabalho, os prazos de entrega estabelecidos de forma unilateral, ou seja, não há a possibilidade de equalização do mesmo de acordo com a previsão de demandas da área de sistemas. O que, além de afetar cronogramas de outros projetos da equipe, impacta o orçamento da mesma. Somando-se a isso, um dos gestores aponta que a área contábil e fiscal hoje é a maior demandante da área de tecnologia da informação e, devido ao relatado acima, em razão da capacidade, projetos voltados ao negócio da empresa são postergados em razão dos projetos mandatórios. O que corrobora o exposto por Britto (2008), a respeito do envolvimento das empresas com o envio de informação fiscais às entidades interessadas.

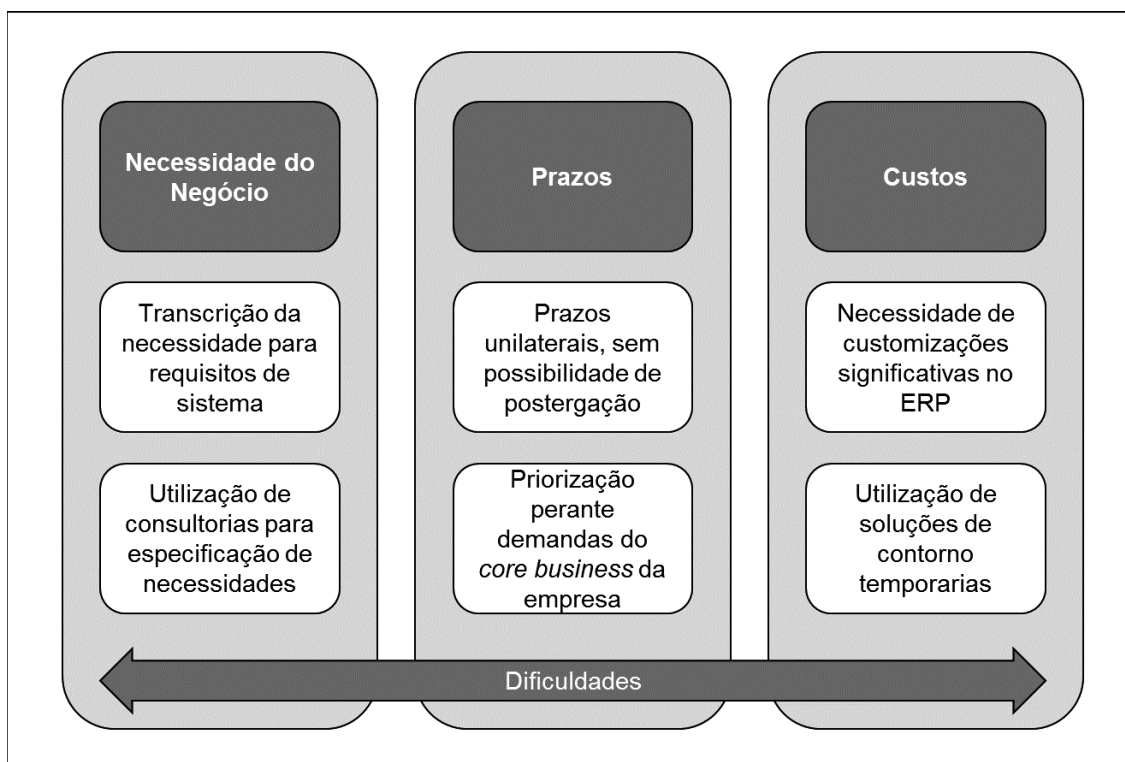
Ainda neste tema, um dos gestores de uma empresa do setor industrial, aponta que, pela complexidade do sistema tributário, o ideal é que a área de TI possuísse um especialista focado no atendimento das demandas oriundas das áreas contábil e

tributária, porém, pelos custos incorridos, a empresa opta por deixar a cargo da área de negócio a especificação das necessidades. O que, vai ao encontro do último questionamento realizado aos entrevistados, os quais foram indagados a respeito das dificuldades encontradas pela empresa, para atendimento sistêmico, de uma nova obrigação. Segundo eles, a transcrição da necessidade do negócio para a linguagem técnica é um elo fraco neste processo.

Além disso, um dos gestores aponta que a área de negócio possui a expectativa de uma solução ideal para atendimento ao Fisco, porém, para que isso seja possível, a área de tecnologia necessita receber uma especificação completa da necessidade do negócio para que isso possa ser efetuado. Ou seja, há um descasamento de interesses, ou seja, há uma lacuna de comunicação no processo. O que, muitas vezes, utiliza-se de consultorias externas para solucionar este caso, porém, a efetividade é questionável. Os profissionais utilizados, na maioria dos casos, possuem apenas uma das habilidades: negócio ou sistemas.

Sobreposta esta barreira, Duarte (2011) aponta o engajamento das empresas para adequar sua estrutura a era do SPED, o que é confirmado por parte dos gestores, ao afirmarem que tal especificação de melhorias no ERP, gera a necessidade de uma série de alterações no sistema da empresa para a adaptação do *modus operandi* dessa com o que foi publicado em lei ou instrução normativa. Ou seja, consequentemente, gerando um alto custo de customização e, até mesmo, aquisição de novos módulos para atendimento da nova legislação.

Figura 2 – Dificuldades no atendimento ao SPED



Fonte: elaborado pelo autor.

E, infelizmente, como relatado por um dos gestores, todos os esforços para atendimento das mesmas dentro dos prazos legais, a empresa necessita investir em soluções de contorno, em alguns casos, as atualizações do sistema não estão disponíveis para implementação e homologação em tempo hábil. A Figura 2 apresenta um esquema das principais dificuldades relatadas acima pelos entrevistados para o atendimento ao SPED.

De maneira geral, os respondentes mostram que as empresas possuem grande preocupação no atendimento às novas obrigações, as quais envolvem alterações significativas em seu planejamento de trabalho e, principalmente, os custos incorridos para este atendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos nas entrevistas, é notável a preocupação que as empresas possuem em atender de forma correta as legislações e obrigações nas quais estão inseridas. O que não é diferente ao SPED.

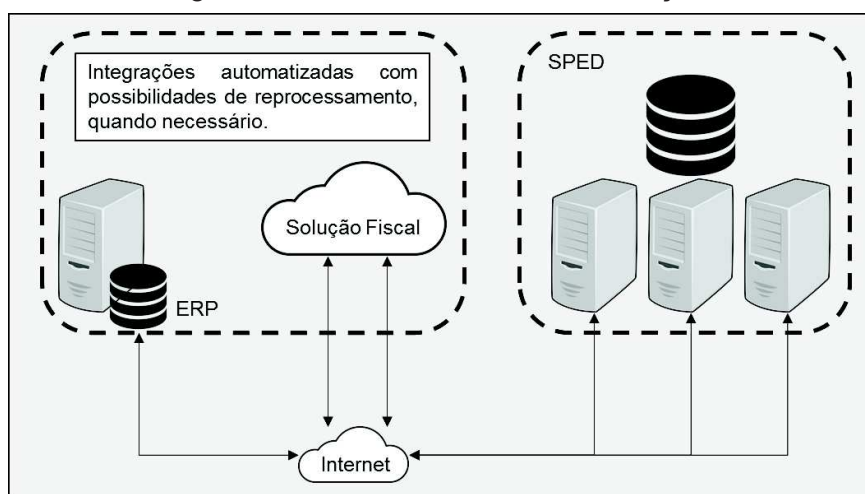
Além disso, ficou evidenciada a importância que este tema possui dentro da realidade das empresas, o que é justificado com os custos e o consumo de recursos

de tecnologia da informação para atendimento a estas obrigações. Sendo assim, este trabalho atinge o seu objetivo ao afirmar a oportunidade de mercado para empresas fornecedoras de soluções específicas para atendimento do SPED. Conforme foi levantado durante a revisão bibliográfica, e confirmado durante as entrevistas, a utilização do ERP, por si só, não é suficiente para atender ao SPED por estas empresas, todas fazem uso de rotinas ou soluções acopladas para atendimento das obrigações acessórias.

Logo, empresas fornecedoras de soluções para o atendimento do SPED possuem um mercado consistente a ser explorado. Onde, *softwares* com certificação dos grandes ERPs globais, aliada à capacidade comprovada de atendimento às obrigações fiscais vigentes no Brasil e a possibilidade de auxiliar na garantia de entrega de informações consistentes aos interessados, demonstram quais diferenciais que as empresas buscariam na hipótese de seleção de um fornecedor de soluções para a escrituração digital.

Aliado a isso, soluções robustas e de baixo custo de manutenção têm destaque neste mercado. Conforme destacado anteriormente, as empresas hoje buscam fornecedores capazes de proporcionar ferramentas com baixo consumo de estrutura de *hardware* e licenças para usuários e, conforme evidenciado nas entrevistas, soluções em nuvem ganham destaque no momento da seleção das mesmas. Na Figura 3, é sugerido um modelo do fluxo de informações para atendimento ao SPED através de uma solução específica, acoplada a um ERP.

Figura 3 – Modelo de fluxo de informações



Fonte: elaborado pelo autor.

Em suma, o objetivo deste trabalho, propondo identificar os diferenciais competitivos de uma solução específica para a área fiscal foi atingido, conforme demonstrado nos resultados e na conclusão. A partir destes achados, propõe-se que estudos futuros realizem uma análise quantitativa, mais aprofundada, dos critérios considerados como diferenciais, a fim de se identificar quais são os prioritários na visão de gestores e, assim, sirva como norteador no planejamento de desenvolvimento de *softwares* voltados ao atendimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

REFERÊNCIAS

AAKER, David A.; KUMAR, Vinay; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. Atlas, 2001.

ABREU, Fábio Silva Gomes da Gama e. Desmistificando o Conceito de ETL. **Revista de Sistemas de Informação da FSMA** n. 2, 2008. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/si/Artigos/FSMA_SI_2008_2_Principal_1.html Acesso em: 08 de ago. de 2016.

ANSOFF, Igor (1965). **Estratégia Empresarial**, São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES). "**Mercado de TI no Brasil cresce 9,2% em 2015**". 2016. Disponível em: <http://www.abessoftware.com.br/noticias/mercado-de-ti-no-brasil-cresce-92-em-2015>. Acesso em: 09 de ago. de 2016.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BRANCO, L. O. de A. **Nota Fiscal Eletrônica e SPED: aspectos práticos e implicações tributárias**. 2008. Jus Navegandi. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id#10920>. Acesso em: 09 de ago. 2016.

BRASIL. Receita Federal do. Disponível em <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acessado em 30 de junho de 2016

BRITTO, Demes. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). **Revista Jus Vigilantibus**, 2008. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29609-29625-1-PB.pdf>. Acesso em 09 de ago. 2016.

CASTERS, Matt; BOUMAN, Roland; VAN DONGEN, Jos. **Pentaho Kettle solutions: building open source ETL solutions with Pentaho Data Integration**. John Wiley & Sons, 2010.

CHAHIN, A. et al. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHANDLER, Alfred D. **Strategy and Structure: Chapters in the History of the American Industrial Enterprise** (MIT Press). Cambridge, MA, 1962.

DAVENPORT, T. H. Putting the enterprise into the enterprise system. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 4, p.121-131, 1998.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ideas At Work, 2009

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal IV: Manual de Sobrevivência no mundo pós SPED**. Belo Horizonte: Ideas At Work, 2011

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **"Pesquisa Anual do Uso de TI"**. 2016. Disponível em: <http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvciappt.pdf>. Acesso em: 09 de ago. de 2016.

GAMBÔA, Fernando Alexandre Rodrigues; CAPUTO, Márcio Saez; BRESCIANI FILHO, Ettore. Método para gestão de riscos em implementações de sistemas ERP baseado em fatores críticos de sucesso. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 1, n. 1, p. 46-63, 2004.

GERON, Cecília Moraes Santos et al. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 5, n. 2, p. 44-67, 2011.

GIL, Antônio Calos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, André Sathler. Estratégias competitivas adotadas por empresas de tecnologia de informação. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 37, n. 3, 2002.

KATZ, Robert Lee. **Cases and concepts in corporate strategy**. Prentice Hall, 1970.

LEVY, Alberto R. **Competitividade organizacional**. São Paulo: Makron Books, 1992.

MINTZBERG, Henry. **Opening up the definition of strategy**. The strategy process, p. 13-20, 1988.

NICOLAU, Isabel. **O conceito de estratégia**. Indeg/Iscte, 2001. Disponível em: <http://cedo.ina.pt/docbweb/MULTIMEDIA/ASSOCIA/INTERNO/ELECTRON/E160.PDF>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

NORRIS, Grant et al. **E-Business e ERP: transformando a empresa**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de et al. Fatores indutores de inovação em redes de negócio mediadas por empreendedores em empresas de software. **Exacta**, v. 13, n. 2, p. 209-217, 2015.

PINTO, José Roberto Domingues. **Imposto de Renda, Contribuições Administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples**. 21. ed. Brasília: CFC, 2013, p. 36-59.

PORTER, Michael E. **"A cadeia de valores e a vantagem competitiva."** ME Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 31-53.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: urna investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural. (Obra original publicada em 1934), 1997.

SHIDOMI, Carlos. **Modelagem de processos ETL análise e avaliação**. São Paulo, 2004. 104p. Disponível em: http://cassiopea.ipt.br/teses/2004_EC_CARLOS_SHIDOMI.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

SILVA, Sergio Roberto et al. A participação da Gestão de Tributos na implementação do ERP: Estudo de multi casos. In: **CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management**. 2012, p. 2157-2180.

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; RAMOS, Francisco S. Evasão fiscal do imposto sobre a renda: uma análise do comportamento do contribuinte ante o sistema impositivo brasileiro. **Economia aplicada**, v. 10, n. 3, p. 399-424, 2006.

SOUZA, Cesar Alexandre de; ZWICKER, Ronaldo. **Sistemas integrados de gestão empresarial: estudos de casos de implementação de sistemas ERP**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2000. Disponível em: http://www.famescbji.edu.br/famescbji/biblioteca/livros_adm/sistemas_erp.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas**, 1996.

VASSILIADIS, Panos; SIMITSIS, Alkis; SKIADOPOULOS, Spiros. Conceptual modeling for ETL processes. In: **Proceedings of the 5th ACM international workshop on Data Warehousing and OLAP**. ACM, 2002. p. 14-21.

VON HALDENWANG, Christian. Electronic government (e-government) and development. **The European Journal of Development Research**, v. 16, n. 2, p. 417-432, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.